

A Cidade e o Trabalho nas Posturas Antigas de Évora: um projeto de dissertação¹

Rodolfo Petronilho Feio²
Universidade de Coimbra

Resumo

O presente artigo decorre do projeto da nossa dissertação de mestrado que, partindo do conteúdo das 254 posturas existentes no *Livro das Posturas Antigas de Cidade de Évora*, foca dois temas fundamentais: o estudo da cidade e o das atividades laborais do tecido socioeconómico eborense de finais da Idade Média. Seguindo de perto a estrutura que nos foi proposta para a sua redação, e correspondendo, essencialmente, à comunicação que apresentámos no IX Workshop de Estudos Medievais, o artigo estrutura-se em seis pontos. No primeiro, definimos o tema da dissertação, os problemas e objetivos subjacentes à investigação realizada, bem como os limites cronológicos e espaciais com que a delimitámos. No segundo, apresentamos um enquadramento historiográfico, traduzido no estado da arte, enquanto no terceiro introduzimos as fontes que sustentam este estudo. O ponto quatro é dedicado a algumas breves considerações metodológicas e o seguinte à apresentação da estrutura da nossa dissertação. O seu desenvolvimento pleno acontece, assim, principalmente no último ponto, onde foi nosso propósito avançar alguns elementos decorrentes da nossa investigação. Apresentamos as principais conclusões relativas ao trabalho de datação crítica das posturas e realizamos uma incursão pelo conteúdo das mesmas, agrupando-as em sete núcleos temáticos. Tendo em conta a estrutura da dissertação, apresentamos ainda alguns elementos relativos a cada um dos capítulos e pontos que ali desenvolvemos.

Palavras-chave:

posturas municipais; cidade de Évora; trabalho artesanal; comercialização

Abstract

The present article stems from the project of our master's thesis that, based on the content of the 254 ordinances in *Livro das Posturas Antigas de Cidade de Évora*, focuses on two fundamental themes: the study of the city and the work activities of the socio-economic eborese fabric of the late Middle Ages. Following closely the structure that was proposed to us for its writing, and essentially corresponding to the communication that we presented in the IX Workshop on Medieval Studies, the article is structured in six points. In the first one, we define the theme of the thesis, the problems and objectives underlying the research carried out, as well as the chronological and spatial limits with which we have delimited it. Secondly, we present a historiographical framework, translated in the state of the art, while in the third we present the sources that support this study. The fourth point is devoted to some brief methodological considerations and the next to the presentation of the structure of our thesis. Its full development happens, therefore, especially in the last point, where it was our intention to

¹ O texto que agora damos à publicação segue, de muito perto, o que apresentámos, no dia 7 de abril de 2017, no IX Workshop de Estudos Medievais. Foi nossa opção não introduzir modificações substanciais nesta versão, a não ser num ou noutro pequeno ponto.

² Colaborador do CHSC-UC; contacto: rodolfonpfeio@hotmail.com.

advance some elements derived from our investigation. We present the main conclusions regarding the work of critical dating of the postures and make an incursion through the content of the same, grouping them into seven thematic cores. Taking into account the structure of the thesis, we also present some elements related to each of the chapters and points that we developed in it.

Keywords:

municipal ordinances; city of Évora; craft work; commercialization

1. TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

A nossa dissertação tem como tema *A Cidade e o Trabalho nas Posturas Antigas de Évora*¹ e procura analisar algumas das imagens projetadas nas 254 posturas do *Livro das Posturas Antigas de Évora*². Procuraremos identificar e observar esses reflexos da cidade sob duas óticas fundamentais. Almejamos, por um lado, reconhecer a imagem, genérica e ampla, transversal a todo o conjunto documental, que a cidade transmite de si própria, ou, porventura mais fielmente, a que aqueles que a governam transmitem da sua cidade, no tocante à espacialidade, à administração e à normatividade. Por outro lado, buscamos identificar um conjunto de elementos que nos permitam apreender o quadro da cidade laboriosa, tendo também em conta três vértices fundamentais: a produção artesanal, o setor alimentar e da transformação e a comercialização.

Alia-se a estes objetivos o de procurar aumentar a compreensão sobre as funções de alguns oficiais do concelho de Évora, sobretudo no que diz respeito ao oficialato menor, a par de alguns outros agentes que orbitavam em torno da administração municipal. Esta cidade, como tem sido posto em destaque³, foi palco privilegiado de uma forte intervenção da Coroa, correspondendo o mais intenso período de elaboração de posturas a um tempo em que o monarca havia nomeado regedores para a cidade⁴.

Na mesma senda, pretendemos ainda alargar o conhecimento sobre os mesteiros, focando aspetos produtivos e transformativos concretos e destacando uma análise dos elementos relacionados com a comercialização, com a regulamentação do mercado, com os locais de venda, com o controlo de pesos e medidas e com os impostos. Não deixaremos de privilegiar, também, os aspetos relacionados com os preços e o consumo, tentando, em concreto, calcular, através dos contributos das posturas, os custos de produção e a margem de lucro tabelada.

Espacialmente, focamo-nos na cidade de Évora, mas, ultrapassando o espaço urbano da cidade, atentamos também no seu aro urbano.

Em termos cronológicos, acompanhamos a produção das posturas compiladas no referente livro, *lato sensu*, entre finais do século XIV e princípios do XV. De acordo com a datação expressa nas posturas, partimos do intervalo cronológico de 1375-1395, mas datamos criticamente posturas do ano camarário de 1406-1407, podendo balizar outras *ad quem* até 1414.

¹ Devemos reforçar o agradecimento, expresso durante a realização do Workshop, às Doutoradas Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, orientadoras da nossa dissertação. Igualmente, agradecemos ao Doutor Luís Miguel Duarte as palavras que nos dirigiu e as críticas que teceu à comunicação que apresentámos que, em muito, vieram enriquecer o nosso trabalho final. Agradecemos, ainda, penhoradamente, a todos os intervenientes no debate que se seguiu à nossa comunicação. Acrescentamos também que, entretanto, já concluímos a nossa dissertação, intitulada “*Por prol e bom regimento: a cidade e o trabalho nas Posturas Antigas de Évora*”, que, no passado mês de setembro, apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A introdução da mesma segue, de resto, de forma muito próxima, o conteúdo deste texto

² Arquivo Distrital de Évora (ADE), Arquivo Municipal, n.º 206. Da sua transcrição e publicação daremos conta no enquadramento historiográfico.

³ Destaque-se, neste sentido, o estudo de Joaquim António Felisberto Bastos Serra, “Governar a Cidade e Servir o Rei: A Oligarquia Concelhia de Évora em Tempos Medievais (1367-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2015).

⁴ Cf. Joaquim António Felisberto Bastos Serra, “Governar a Cidade e Servir o Rei...”, 130-143.

Os principais problemas com que nos deparámos decorrem, antes de mais, das características da fonte, que não se trata de um original, mas de uma cópia, realizada em 1466. Na verdade, notam-se gralhas e erros ao longo do traslado, alguns dos quais comprometem a compreensão do conteúdo de algumas posturas. A estas dificuldades somam-se outras, igualmente resultantes do processo de cópia, uma vez que, privilegiando-se uma organização temática, se descurou o traslado dos elementos cronológicos, facto que justifica que apenas 24,39% das posturas apresentem elementos cronológicos.

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Para o período medieval existem apenas, em Portugal, dois livros de posturas. O *Livro de Posturas Antigas de Évora*, parcialmente transcrito e publicado por Gabriel Pereira, no século XIX¹ e o *Livro das Posturas Antigas* de Lisboa, transcrito por Maria Teresa Rodrigues e publicado em 1974². Já antes, porém, e nesse mesmo ano, se haviam publicado posturas dispersas produzidas pelo concelho de Lisboa³. A obra de Gabriel Pereira seria reeditada, em *fac simile*, em 1988, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda⁴ e o *Livro das Posturas Antigas de Évora* viria a ter uma nova transcrição, desta feita total, da responsabilidade de Ana Sesifredo, Fátima Farrica e Miguel Meira, com apresentação de Maria Leonor F. O. Silva Santos e Maria Filomena Lopes de Barros, primeiro publicada *online* e, posteriormente, integrada na obra *Posturas Municipais Portuguesas*⁵.

As demais posturas municipais portuguesas, ainda conservadas nos livros de vereações, têm sido levadas a prelo no âmbito da publicação desses livros, como

¹ *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, pt. 1 (Évora: Tipografia da Casa Pia, 1885), 127-154.

² *Livro das Posturas Antigas*, transc. Maria Teresa Campos Rodrigues (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974).

³ *Documentos para a História da Arte em Portugal: posturas diversas dos séculos XIV a XVIII*, org. Maria Teresa Campos Rodrigues, vol. 2 (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969) e *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, apres. Francisco José Velozo, transc. José Pedro Machado (Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974).

⁴ *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, ed. fac-similada (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988), 137-164.

⁵ *Livro das Posturas Antigas de Évora*, apr. Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos, transc. Ana Sesifredo, Fátima Farrica, Miguel Meira, in *Posturas Municipais Portuguesas: séculos XIV-XVIII*, ed. Maria Filomena Lopes de Barros e Mário Viana (Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2012), 7-116.

aconteceu com as do Porto¹, Funchal², Montemor-o-Novo³, Loulé⁴ ou Alcochete⁵. A estas devemos ainda acrescentar as de Coimbra⁶.

Os estudos sobre posturas municipais medievais não abundam no panorama historiográfico português, em grande parte devido à escassez deste género de fonte. Neste ponto, teremos de deixar expressa uma primeira referência ao estudo de Franz-Paul Langhans, *Estudos de Direito Municipal: as posturas*⁷, publicado em 1938, que não se trata de um estudo de cariz historiográfico, mas sim de carácter jurídico, não obstante apresentar uma considerável vertente historiográfica.

Seria preciso esperar pela década de 80 do século passado para que se comesçassem a realizar estudos históricos com base nas posturas municipais, nomeadamente os de Maria Ângela Beirante, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais antigas posturas da câmara de Loulé”⁸; de Iria Gonçalves, “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”⁹; e de Maria José Ferro Tavares, “A Política Municipal de Saúde Pública: séculos XIV-XV”¹⁰. Maria Ângela Beirante, na sua tese de doutoramento, *Évora da Idade Média*, apresentada em 1988 à FCSH-UNL e publicada em 1995¹¹, utiliza também, largamente, o contributo das posturas municipais.

Se bem que na década de 90 o interesse específico por esta fonte, dentro da cronologia medieval, parece ter diminuído, o início do novo século traria o seu recrudescimento. Data de 2006 o artigo “Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem)”¹², da autoria de Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Isabel de Carvalho Homem, onde, a partir da caracterização das posturas de Lisboa, se procede a uma sistematização deste tipo de fonte, dividindo

¹ “Vereações”: anos de 1390-1395 - o mais antigo dos “Livros de Vereações” do município do Porto existentes no seu arquivo, comentário e notas A. de Magalhães Basto (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937); “Vereações”: anos de 1401-1449 - o segundo “Livro de Vereações” do município do Porto existente no seu arquivo, nota prévia de J.A. Pinto Ferreira (Porto: Câmara Municipal do Porto-Gabinete de História da Cidade, 1980); “Vereações”: 1431-1432 - livro 1, leitura, índices e notas Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado (Porto: Câmara Municipal do Porto-Arquivo Histórico do Porto, 1985).

² *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: século XV*, ed. J. Pereira da Costa (Funchal: CEHA-SRTC, 1996).

³ Cf. Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no Século XV* (Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998).

⁴ *Actas das Vereações de Loulé: séculos XIV e XV*, vol. 1, coord. de Manuel Pedro Serra (Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1999) e *Actas de Vereação de Loulé: século XV*, vol. 2, coord. de Manuel Pedro Serra (Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 2004).

⁵ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, intr., transc. e notas José Manuel Vargas (Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005).

⁶ Cf. J. Branquinho de Carvalho, ed., “O mais antigo livro de vereações”, *Arquivo Coimbrão* 12 (1946): 53-68. Existem também outros conjuntos de posturas, alguns dos quais já publicados, mas que, sendo de cronologia posterior à medieval, optamos por não detalhar.

⁷ Franz-Paul Langhans, *Estudos de Direito Municipal: As Posturas* (Lisboa: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1938).

⁸ Maria Ângela Beirante, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais Antigas Posturas da Câmara de Loulé: Séculos XIV e XV”, *Actas das 1.as Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia* – Loulé (1987): 231-242.

⁹ Iria Gonçalves, “Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa” *Estudos Medievais* 7 (1986): 155-172. O mesmo artigo foi posteriormente publicado nas *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)* (1989): 279-300 e na obra de Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a Cidade Medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996): 77-95.

¹⁰ Maria José Ferro Tavares, “A Política Municipal de Saúde Pública: Séculos XIV-XV”, *Revista de História Económica e Social* 19 (1987): 17-32.

¹¹ Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora da Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995).

¹² Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Isabel M. de Carvalho Homem, “Lei e Poder Concelhio: As Posturas - O Exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem)”, *Revista da Faculdade de Letras* III série 7 (2006): 35-50.

aquele conjunto documental em sete núcleos fundamentais, de acordo com as temáticas legisladas.

Data também dessa década, concretamente de 2009, a primeira dissertação de mestrado baseada no estudo sistemático de posturas municipais medievais, intitulada *A Vivência do Tempo da Idade Média: no Livro das Posturas Antigas de Lisboa*¹, apresentada à FLUP por Maria Manuela Lima da Purificação. No ano seguinte, como introdução à publicação das posturas municipais da Horta (1603-1886), Mário Viana redige um artigo intitulado “Posturas municipais portuguesas: uma introdução”², onde define, caracteriza e sintetiza as posturas municipais portuguesas quanto à sua natureza, objeto e orgânica, traçando um quadro geral da sua evolução.

Mais recentemente, a obra *Posturas Municipais Portuguesas (séculos XIV-XVIII)*³, publicada em 2012 com a coordenação de Maria Filomena Lopes de Barros e Mário Viana, para além da publicação do *Livro das Posturas de Évora*, compila um conjunto de artigos de Mário Viana dedicados às posturas açorianas do período moderno⁴.

As posturas medievais seriam ainda revisitadas por Maria Helena da Cruz Coelho na sua recente obra *O Município de Coimbra: monumentos fundacionais*⁵, considerando as posturas de 1145 um dos monumentos fundacionais daquele município.

Face ao reduzido número de estudos dedicados a posturas municipais, devemos acrescentar alguns outros que, não abordando especificamente estas fontes, as utilizam largamente. É o que acontece, por exemplo, com Oliveira Marques na sua *Introdução à História da Agricultura em Portugal*⁶, como aconteceu já n’*A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*⁷, dada à estampa em 1963.

Também Maria Helena da Cruz Coelho na sua comunicação apresentada no *Primer Colloqui d’Historia de la Dona: de la casa a la fabrica*, em Barcelona, em 1986, sobre “A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas”, que viria a ser publicada em *Homens, Espaços e Poderes*⁸, utiliza o contributo dos livros de vereações e das posturas municipais. O mesmo faria Sérgio Carlos Ferreira, na sua dissertação de mestrado dedicada a *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*⁹, apresentada, em 2007 à FLUP ou Joaquim Bastos Serra na sua tese de doutoramento,

¹ Maria Manuela Lima da Purificação, “A Vivência do Tempo na Idade Média: no Livro das Posturas Antigas de Lisboa” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2009).

² Mário Viana, “Posturas Municipais Portuguesas: Uma Introdução”, in *Posturas da Câmara da Horta (1603-1886)*, ed. João Fernando Brum de Azevedo e Castro e Maria Zoraida Nascimento, transc. Elmiro Rocha (Horta: Câmara Municipal da Horta e Núcleo Cultural da Horta, 2010), 13-40. O mesmo artigo foi novamente publicado na obra *Posturas Municipais Portuguesas...*, ed. Maria Filomena Lopes de Barros e Mário Viana, 119-166.

³ *Posturas Municipais Portuguesas...*

⁴ Referimo-nos concretamente aos artigos de Mário Viana, “Posturas Municipais Portuguesas: Uma Introdução,” 119-166; “A Metrologia nas Posturas Municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII),” 167-208; “A Normativa da Actividade Económica: O Caso de Vila Franca do Campo (séculos XVI-XVIII),” 209-222; “Posturas Municipais e Organização do Espaço nos Açores: Análise Comparada das ilhas do Faial e de São Jorge (séculos XVII-XVIII),” 223-248 e “A Vitivinicultura nas Posturas Municipais dos Açores (século XVIII),” 249-275.

⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Município de Coimbra: Monumentos Fundacionais* (Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013) 35-41, 85-86, 119-130.

⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal: A Questão Cerealífera na Idade Média* (Lisboa: Edições Cosmos, 1978).

⁷ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010).

⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, “A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas,” *Espaços, Homens e Poderes: Séculos XI-XVI – I: Notas do Viver Social*, Maria Helena da Cruz Coelho (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 37-59.

⁹ Sérgio Carlos Ferreira, “Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2007).

*Governar a Cidade e Servir o Rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*¹, apresentada em 2015 à Universidade de Évora.

Por fim, devemos ainda referir a existência de um considerável número de estudos, onde alguns dos anteriormente referidos também se inserem, principalmente teses de doutoramento e dissertações de mestrado, maioritariamente de âmbito local e/ou regional, dedicados ao estudo das oligarquias camarárias², da administração concelhia³, das finanças municipais⁴, ou do trabalho urbano e dos mesteirais⁵, que, baseando-se grandemente, entre diversa outra documentação, nos contributos veiculados nos registos das atas de vereação, acabam, do mesmo modo, por espelhar os elementos expressos nas posturas que, como anteriormente dissemos, ali se conservam⁶.

3. FONTES

A principal fonte que utilizamos é o *Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, ao qual se subordina o presente estudo, composto por um conjunto de 254 posturas e dois documentos régios.

¹ Joaquim António Felisberto Bastos Serra, “Governar a Cidade e Servir o Rei...”.

² Para além do já citado trabalho de Joaquim Bastos Serra, tenham-se em conta, como exemplo, os trabalhos de Rita Costa Gomes, “As Elites Urbanas no Final da Idade Média: três pequenas cidades do interior,” *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998), 229-237; Mário Sérgio da Silva Farelo, “A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2008); e de André Madruga Coelho, “As Elites Urbanas Medievais: o exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa e Universidade de Évora, 2015).

³ Entre outros, destaque-se o estudo de Adelaide Lopes Pereira Millán da Costa, “Vereação” e “Vereadores”: o governo do Porto em finais do século XV (Porto: Câmara Municipal do Porto - Arquivo Histórico do Porto, 1993). Neste âmbito deve referir-se também a existência de um vasto número de dissertações de mestrado, apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, versando precisamente sobre o governo municipal daquela cidade. Mencionem-se, entre elas, a título de exemplo, os estudos de Maria Amélia da Silva Alves dos Santos Figueiredo, “A Administração Municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1996); Laura de Jesus do Paço Viana Louro, “O Porto entre 1485 e 1488 segundo as Actas das Vereações” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1997); Carla Susana Barbas dos Ramos, “A Administração Municipal e as Vereações do Porto de 1500 a 1504” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1997); Cristina Isabel de Oliveira Gomes Ferreira, “A Vereação da Cidade do Porto (1512-1514)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1997). Inserem-se ainda neste âmbito alguns estudos de José Marques, “A Administração Municipal de Mós de Moncorvo em 1439”, *Brigantia* 5 (1985): 515-560 e José Marques, “A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466”, *Bracara Augusta* 37 (1983): 5-115 ou de Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: o caso de Loulé* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009).

⁴ É neste âmbito inolvidável o estudo de Iria Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Porto, Câmara Municipal do Porto - Arquivo Histórico do Porto, 1987).

⁵ Destaca-se neste ponto o estudo de Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, “Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto - c. 1320 – c. 1415”, 2 vols. (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho e École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009), bem como, entre diversos outros, o de Joana Sequeira, *O Pano da Terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (Porto, Universidade do Porto, 2014).

⁶ A síntese desta tendência, bem como uma chamada de atenção para os principais estudos, pode ser encontrada em Maria Helena da Cruz Coelho, “Municipal Power,” *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011) 209-230.

Por outro lado, realizamos também uma incursão em algumas fontes de natureza narrativa, concretamente nas crónicas de D. Fernando e D. João I¹, procurando conhecer, pela pena do cronista, o contexto epocal em que se insere a produção legislativa em causa.

Devemos também prestar especial atenção ao *Regimento da Cidade*, documento produzido pelo corregedor João Mendes e incubado na esfera do poder central, datado por Hermínia Vilar de 1415-1425², que constitui um marco fundamental para compreender a evolução do poder municipal em Évora, bem como a história da administração municipal em Portugal.

A estas fontes acresce ainda um percurso que, partindo do *Livro das Posturas Antigas* de Lisboa, e algumas outras posturas dispersas daquele concelho, permitiu um contacto com atas de vereação de diversos concelhos do Reino³ que nos fornecem elementos comparativos.

4. METODOLOGIA

As metodologias adotadas passaram pela numeração sequencial das posturas, pela tentativa de datar criticamente o maior número delas, bem como pela organização do conjunto documental em núcleos temáticos.

Procurámos também, naturalmente, proceder a uma análise crítica e interpretativa do conteúdo de cada uma das posturas, tarefa nem sempre fácil, especialmente ao nível do pormenor, uma vez que muitas posturas contêm, não só diversas gralhas, como numerosos termos de significado difícil de compreender.

5. ESTRUTURA FINAL DO TRABALHO

Excetuando a introdução e a conclusão, o nosso projeto de dissertação apresenta quatro capítulos.

O primeiro, genericamente dedicado ao *Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora* e às posturas municipais de Évora, procura dar a conhecer tanto o *Livro das Posturas*, como as posturas que ali se conservam. Depois de traçar uma caracterização definidora e evolutiva do conceito de postura, passamos ao estudo do *Livro das Posturas*, atendendo às suas características materiais, à sua datação e à sua organização. Segue-se o estudo do conjunto de posturas que ali foi compilado, tendo em conta dois propósitos principais. Por um lado, procura atribuir-se uma datação crítica ao maior número possível de posturas e, por outro, dividir o conjunto de posturas por núcleos temáticos.

O capítulo dois pretende ser o momento de contextualização histórica, indispensável em qualquer trabalho desta natureza, procurando ter em conta o contexto de profunda crise que marcou o final do século XIV, muito em especial no Alentejo.

Por sua vez, o capítulo três visa apreender as imagens que as elites governativas transmitem da sua cidade, através da legislação que dali é emanada. Encontra-se tripartido em subcapítulos, correspondendo um à espacialidade, em que se dá conta dos lugares da cidade e da sua relação com as suas funções; outro à administração, tentando conhecer os oficiais responsáveis pelo governo da cidade, especialmente os menores, tantas vezes nomeados na documentação, mas difíceis de identificar e de conhecer em profundidade; e um último à normatividade, buscando fazer uma súmula da legislação, onde destacaremos os elementos mais marcantes desse processo e as suas principais

¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 2.^a ed., ed. crít., intr. e índices Giuliano Macchi (Lisboa, Imprensa Nacional-Cada da Moeda, 2004) e Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno, pref. António Sérgio, 2 vols. (Porto, Livraria Civilização, 1990-1991).

² Hermínia Vasconcelos Vilar, “Entre Évora e Arraiolos: O Percurso de uma Fonte”, in *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do século XV*, intr. Hermínia Vasconcelos Vilar, transc. Sandra Paulo (Évora: CIDEHUS-UE, 2012), 13.

³ Já, anteriormente, citámos as publicações onde estas posturas e atas de vereação se encontram disponíveis.

linhas de atuação, sem esquecer a necessária chamada de atenção para as especificidades ali encontradas.

Por fim, o capítulo quatro pretende conhecer o trabalho da e na cidade, com base em legislação municipal, e encontra-se, tal como o anterior, subdividido em três pontos. O primeiro é dedicado à produção artesanal onde revelaremos os elementos relacionados com os mesteres, sendo possível criar uma divisão entre mesteres dos panos e do vestuário, dos couros e do calçado, dos metais, e da construção, entre outros. O segundo ponto deixará transparecer a grande preocupação que as autoridades camarárias têm com os setores da alimentação e da transformação. Por fim, segue-se um terceiro subponto, dedicado à comercialização, onde serão abordadas as questões relacionadas com a regulamentação do mercado, com os locais de venda, com o controlo e afilamento de pesos e medidas, com os preços, com o consumo e com os impostos.

6. DADOS SEMI-TRATADOS, HIPÓTESES OU CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Os primeiros dados que podemos apresentar relacionam-se com o trabalho de datação das posturas. Como dissemos, apenas 24,39% das posturas apresentam elementos cronológicos expressos, pelo que, na sua maioria, estes elementos se encontram ausentes. Desses 24%, apenas 48,57% contêm referência à data completa, uma vez que 8,58% apenas referem o ano e as restantes 42,86% apenas exibem o dia e/ou o mês.

Contudo, o trabalho de datação crítica não se revelou nem fácil, nem frutuoso, uma vez que de um conjunto de 217 posturas não datadas (incluindo-se neste número as alíneas que em termos de numeração considerámos parte integrante de uma mesma postura) apenas nos foi possível avançar uma proposta de datação, mais ou menos dilatada, para 19 posturas, correspondendo a 8,76% desse total.

Importa também dizer que este esforço de datação crítica se fundamentou em duas bases. Por um lado, nos nomes dos oficiais do concelho, que, em cada uma delas, se encontra expresso e, por outro, na ordem cronológica que, em alguns casos, é ainda possível atribuir a algumas posturas.

Para além do conjunto que não contém qualquer elemento cronológico, 51,44% das restantes posturas não apresentam a data completa, pelo que também procurámos tornar a sua datação mais precisa. Igualmente, a presença de oficiais do concelho, devidamente identificados, a par da possibilidade de conhecer a ordem cronológica com que algumas posturas foram lançadas, permitiu contribuir para a sua datação. A estes processos devemos acrescentar um outro, nomeadamente o de termos procurado, através da utilização de um calendário perpétuo¹, e partindo do facto das reuniões de vereação se realizarem habitualmente ao sábado e à quarta-feira, anotar os anos em que o dia de determinado mês havia coincidido com um daqueles dois dias da semana.

A título de exemplo, entre as posturas para as quais conhecemos o dia e o mês, mas não o ano, num total de 29, deparamo-nos com sete em que o ano não se encontra expresso, mas subentendido, enquanto num outro caso se desconhecia o ano devido a um lapso do escrivão que, ao copiar a data, omitiu a centúria. Nas restantes 22, a datação revelou-se mais complicada. Deste núcleo, três posturas, para além da menção ao dia e ao mês, exibem o dia da semana em que foram aprovadas, facto que permitiu avançar, com uma segurança reforçada, mediante a consulta do calendário perpétuo, o ano em que foram aprovadas. Após este ensaio, procurámos ainda utilizar outros elementos de cada postura, como os oficiais possíveis de identificar, para reduzir o intervalo temporal das opções cronológicas prováveis.

Ainda assim, para algumas posturas não foi possível propor um ano com um mínimo de segurança, sendo, todavia, viável chegar a intervalos cronológicos fiáveis, ao contrário do que aconteceu com algumas outras, onde nem os elementos existentes nessa aproximação lata consentiram.

¹ Disponível *online* em <http://calendario.eugeniosongia.com/calendarioperpetuo.htm>, consultado em 05-01-2017, às 14h29m.

Será igualmente útil fazer uma incursão pelo conteúdo das posturas. Para esse efeito, partimos das categorias apresentadas por Carvalho Homem e Maria Isabel Carvalho Homem, nomeadamente *Comércio; Mesterais e Ofícios; Urbanidade; Pesos e Medidas; Justiça; Sociedade e Vária*¹. Tendo, porém, em consideração que, ao contrário do que acontecia em Lisboa, existia em Évora um elevado número de posturas ligadas ao mundo rural, relacionadas com atividades agrícolas, pecuárias, silvícolas, cinegéticas e piscícolas, optámos pela criação de dois outros núcleos, *Agricultura e Pecuária; e Caça, Pesca e Silvicultura*. Para além disto, decidimos ainda alargar o núcleo da *Justiça*, agrupando aí as posturas dedicadas aos *Oficiais* concelhios.

Para além destas alterações, também os critérios que utilizámos diferiram, em alguns casos, dos utilizados pelos referidos autores, como aconteceu com as posturas em que se tabelavam os preços de produtos artesanais. Não as colocámos nos *Pesos e Medidas*, mas nos *Mesterais e Ofícios*, pois, mais do que ter-se em conta o peso ou a medida do produto, se valorizava o trabalho dos mesterais. Importa também advertir que reunimos as posturas num determinado grupo, considerando-o num sentido alargado, isto é, em algumas situações, não foi necessário que a postura versasse diretamente sobre o assunto em causa para considerarmos que se devia integrar naquele núcleo, já que, pelo menos indiretamente, era sobre aquelas questões que legislava.

Posto isto, verificámos que as posturas se distribuíram, pelos núcleos temáticos, da forma como o quadro I e o gráfico 1 (ver Anexo) demonstram.

No primeiro núcleo, dedicado aos *Mesterais e Ofícios*, incluem-se 61 posturas, onde a nota dominante é a regulamentação do mercado, não somente através do tabelamento do preço dos artigos e serviços, mas também procurando garantir a sua qualidade e acessibilidade. Tabelam-se ainda os salários de diversos trabalhadores, principalmente rurais, sendo uma das questões de maior importância o estabelecimento de um valor considerado justo para a moagem do cereal. Acresce que o estabelecimento dos preços do calçado levou a desentendimentos entre sapateiros e oficiais camarários.

O segundo grupo, dedicado à *Agricultura e Pecuária*, agrupa 51 posturas, onde a principal preocupação passa pela proteção da cultura da vinha e da pecuária. Em menor escala, as autoridades preocupam-se ainda com a proteção da cultura cerealífera.

O grupo dedicado ao *Comércio* é o terceiro mais vasto, englobando 40 posturas. Também é a regulamentação do mercado que preside às preocupações camarárias, focando-se agora na transação. Dedicam-se, mais uma vez, grande atenção ao controlo da circulação de produtos, à sua acessibilidade, ao tabelamento do seu preço de venda e à forma como se devia (ou podia) proceder à sua comercialização. Do mesmo modo, a transação de gado vivo se encontra no cerne das preocupações. Outro tópico de grande importância prende-se com medidas tomadas com o que, *avant la lettre*, poderíamos chamar higiene e segurança alimentar, procurando garantir a qualidade dos produtos comercializados. Existem ainda algumas posturas tendentes à organização do mercado, em termos bastante práticos.

No núcleo dedicado à *Caça, Pesca e Silvicultura* encontramos 28 posturas. Procura-se regulamentar a caça em diversos locais e, no capítulo da pesca, proíbe-se, por exemplo, o uso de verbasco. A silvicultura e as atividades florestais são regulamentadas em determinadas áreas do concelho, como as matas de Montemuro, da Cegonha e do *Engerenal*, embora em alguns casos se aponte todo o termo.

O núcleo seguinte é dedicado à *Urbanidade* e contém 21 posturas que tendem à adoção de medidas sanitárias e de salubridade urbana. A limpeza de determinados espaços urbanos da cidade é, sem dúvida, a principal preocupação.

Seguem-se dois núcleos, com 20 posturas cada um. O primeiro dedicado aos *Pesos e Medidas* e o segundo à *Justiça e Oficiais*. No primeiro, a grande preocupação é garantir a utilização de medidas *direitas*, correspondentes aos valores oficiais. No núcleo *Justiça e Oficiais* versa-se sobre a forma como determinados oficiais, nomeadamente juizes, vereadores, almotacés, juizes dos órfãos, escrivães, contadores e partidores do

¹ Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Isabel M. de Carvalho Homem, “Lei e Poder Concelhio: As Posturas...” 35-50.

concelho, pregoeiros, porteiros, corretores e inquiridores, a par de diversos rendeiros, deviam proceder ao exercício dos seus ofícios.

O núcleo seguinte é dedicado à *Sociedade*, sendo composto por quatro posturas sobre as minorias étnico-religiosas. Para além destas, inserimos neste campo três outras posturas de temática vincadamente social.

O último campo, designado *Varia*, incluiu seis posturas de temática diversa. Para além do regimento da sisa, existem duas posturas tendentes à conservação das covas de pão, uma postura que tabela os valores cobrados pelo transporte de uvas, uma outra proibindo a extracção de esterco ou terra e uma outra, incompleta, que se referia aos chafarizes.

Quanto aos restantes capítulos da nossa dissertação, pondo de lado o enquadramento, devemos destacar que não foi fácil encontrar na documentação compulsada elementos que permitissem relacionar os espaços da cidade com as suas funções, pelo que esse trabalho foi, grandemente, feito com o auxílio dos contributos dos estudos de Ângela Beirante¹ e Afonso de Carvalho². Ainda assim, as posturas permitem-nos confirmar elementos que eram já conhecidos. O núcleo fulcral da legislação municipal é a Praça da Porta de Alconchel, espaço correspondente à ainda hoje central Praça do Giraldo. Destaca-se também o açougue, nomeadamente o açougue novo, correspondente a uma (re)funcionalização do velho templo romano. As infra-estruturas de carácter militar encontram-se também diversas vezes nomeadas. Pelo contrário, os espaços reservados às minorias étnico-religiosas, bem como chafarizes e poços, são pouco referidos.

Relativamente ao estudo da administração da cidade, bebemos, grandemente, do estudo de Joaquim Bastos Serra, dedicado à oligarquia concelhia de Évora entre 1367 e 1433³. Não procuramos conhecer os oficiais maiores, mas antes atentar, com maior detalhe, nos mais pequenos, sobretudo ao nível das suas funções. Devemos, nesse sentido, apontar contadores, partidores, porteiros, pregoeiros, inquiridores e corretores. Privilegiámos, porém, o estudo de um outro agente, o rendeiro, cujo quadro de atuação orbitava em torno da administração municipal, e cuja presença encontrámos noutros concelhos do Reino, como Lisboa, Porto, Loulé Montemor-o-Novo ou Vila do Conde. Procurámos traçar um quadro respeitante às funções de cada um dos diferentes tipos de rendeiros identificados, mas, em termos gerais, podemos destacar que o encontramos como encarregado da cobrança de rendas e coimas de diversa natureza, na dependência dos almotacés, a quem deviam responder. As posturas permitem-nos identificar rendeiros incumbidos de zelar pela proteção da cultura da vinha ou de medir o pão comercializado pelas padeiras, bem como de dar juramento acerca dos produtos almotaçados, podendo citar os coimeiros e executar as sentenças, com mandado dos almotacés. Alargando um pouco mais este ponto, mais do que inicialmente tínhamos previsto, foi ainda nosso intento proceder a uma comparação entre as funções que lhe encontrámos inerentes no concelho de Évora e as que os vimos executar em alguns outros concelhos do Reino.

No respeitante à normativa, procedemos, essencialmente, à construção de quadro-síntese do conjunto de normas existentes nas posturas compiladas no *Livro das Posturas de Évora*, enquadrando-as em cada um dos núcleos temáticos em que, inicialmente, as dividimos e agrupámos. Em termos de conteúdo, devemos destacar como este se aproxima, grandemente, daquele anteriormente apresentado, quando nos referimos aos assuntos abordados em cada um dos núcleos utilizados, pelo que cremos não fazer sentido retomar, neste momento, os elementos que, em traços largos, já apresentámos. Não obstante, será de salientar que a tónica está colocada em aspetos relacionados com a regulamentação do mercado, sobretudo no que toca às atividades comerciais, muito embora outros elementos relativos ao desempenho dos mesteiros, à

¹ Cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora da Idade Média*.

² Afonso de Carvalho, *Da Toponímia de Évora*, vol. 1: *Dos meados do século XII a finais do século XIV*, vol. 2: *Século XV* (Lisboa: Edições Colibri, 2004-2007).

³ Joaquim António Felisberto Bastos Serra, “Governar a Cidade e Servir o Rei...”.

agricultura e pecuária, à urbanidade, aos pesos e medidas, à justiça e oficiais e à sociedade não deixem de estar presentes.

No capítulo quatro, dedicado à cidade laboriosa, tentámos, na medida do possível, transmitir o dinamismo desse meio, procurando os seus protagonistas a trabalhar e a vender, andando-se mais próximo do conteúdo de determinadas posturas específicas, naturalmente aquelas onde se abordam as questões contempladas no nosso esquiço. Começámos, assim, por apresentar uma caracterização da produção artesanal, aspeto onde as referências relacionadas com os mesteres dos panos e do vestuário e dos couros e calçado assumiram particular importância, não somente através dos elementos relacionados com a sua organização e atividade, mas mais ainda com os processos produtivos.

No campo da transformação, e referindo-nos, sobretudo, à transformação do cereal, a única que verdadeiramente encontrámos plasmada nas posturas, devemos destacar a extraordinária importância e força reivindicativa de alguns dos elementos participantes nesse processo. Tal o caso dos atafoneiros, que, não obstante a escassez de elementos relacionados com a sua organização socioprofissional e o lugar na escala social, encontramos perfeitamente cientes da sua importância no abastecimento da cidade e, como tal, dotados de força reivindicativa suficiente para enfrentar as autoridades camarárias.

O último ponto apresentado enfatiza, uma vez mais, a acentuada importância atribuída à atividade comercial entre as autoridades camarárias, ou, pelo menos, no âmbito da legislação que estas fazem aprovar. Como dissemos, é enorme o peso normativo colocado na regulamentação do mercado, traduzido na regulação dos locais de venda; na necessidade de afilamento de pesos e medidas; na definição e tabelamento de preços e salários; e na especificação de elementos relacionados com a cobrança da sisa. De destacar que, no âmbito das temáticas relacionadas com os cálculos dos custos de produção e da margem de lucro tabelada, nos poucos casos em que tal é possível de reconstituir, se devem enfatizar os dados relativos a atafoneiros e sapateiros, para os quais possuímos mais elementos.

Em suma, a análise das informações veiculadas no *Livro das Posturas Antigas de Évora* permitiu, na lógica com que abordámos esta fonte, um melhor e mais aprofundado conhecimento acerca de diversas questões, entre as quais destacamos: o espaço urbano e periurbano de Évora; o funcionamento do concelho, sobretudo, no que diz respeito aos seus oficiais menores e outros agentes que o orbitavam em seu torno, como os rendeiros; o trabalho artesanal e as atividades transformadoras, onde o peso de alguns mesterais, como carniceiros, sapateiros e atafoneiros, assume particular importância; e o comércio, pondo em especial evidência o contributo relativo ao tabelamento de preços e salários e correspondentes margens de lucro.

Estamos, ainda assim, no momento em que terminamos a dissertação que originou o presente artigo, plenamente conscientes que o estudo que realizámos não esgotou (nem foi essa a sua intenção) os campos de investigação que os elementos existentes nas posturas que utilizámos permitem abordar. Se vários outros aspetos poderiam ter sido tomados em linha de conta, destaca-se, desde logo, o estudo do mundo rural, com a tónica colocada nas atividades agrícolas, pecuárias e florestais, que o manancial de informação existente nas posturas, igualmente, nos permite conhecer.

ANEXO

Quadro I – Distribuição das Posturas por núcleos temáticos

Núcleo	N.º de posturas	Porcentagem
<i>Mesterais e Ofícios</i>	61	24,02%
<i>Agricultura e Pecuária</i>	51	20,08%
<i>Comércio</i>	40	15,75%
<i>Caça, Pesca e Silvicultura</i>	28	11,02%
<i>Urbanidade</i>	21	8,27%
<i>Pesos e Medidas</i>	20	7,87%
<i>Justiça e Oficiais</i>	20	7,87%
<i>Sociedade</i>	7	2,76%
<i>Vária</i>	6	2,36%
	254	100%

